



abc
observatório
Agricultura de Baixo Carbono

Análise dos Recursos do Programa ABC

Visão regional

Observatório do Plano ABC

SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO 2 – ANO 2



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	5
1. DESTAQUES DA SAFRA 2013/14	6
2. ANÁLISE REGIONAL DO PROGRAMA ABC	8
3. ANÁLISE ESTADUAL DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14	12
4. EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ABC NA AMAZÔNIA LEGAL	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18



PROJETO

Observatório ABC

APOIO

Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA)

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP)

COORDENADOR DO GV AGRO

Roberto Rodrigues

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Angelo Costa Gurgel

Cecília Fagan Costa

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas – GVces

COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Aron Belinky

Mario Monzoni

EQUIPE TÉCNICA DO ESTUDO

Annelise Vendramini

Fernanda Casagrande Rocha

Susian Christian Martins

EDIÇÃO DO TEXTO: Maura Campanili

EDIÇÃO DE ARTE: Marco Antonio Rodrigues

PROJETO GRÁFICO: Miolo Editorial

IMPRESSÃO: Vox Gráfica

Setembro - 2014

OS RESULTADOS DESSE RELATÓRIO NÃO NECESSARIAMENTE REFLETEM A OPINIÃO DA CLUA OU DE SEUS AFILIADOS.

APRESENTAÇÃO

Este é o sumário executivo do segundo de uma série de quatro relatórios que compõem, entre outras, as atividades do segundo ano de trabalho do Observatório do Plano ABC¹. Seu principal objetivo é analisar quantitativamente e qualitativamente o desempenho do Programa ABC, principal linha de crédito para o financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil. Além de trazer destaques referentes ao resultado da safra 2013/14, traz também uma visão regional e estadual da distribuição dos recursos e um enfoque sobre a situação da Amazônia Legal quanto à adoção de técnicas agrícolas de baixa emissão de carbono na região. O eixo temático para a análise é a distribuição espacial do crédito para o Programa ABC no País e os motivos, gargalos e oportunidades para a expansão de técnicas mais sustentáveis de produção, sobretudo no que diz respeito às condições da assistência técnica brasileira e sua atuação junto aos produtores rurais.

O Observatório do Plano ABC visa engajar os diferentes setores da sociedade brasileira na transição para uma agricultura de baixa emissão de carbono, monitorando as ações do Plano e do Programa ABC e desenvolvendo estudos técnicos para subsidiar e facilitar o diálogo com *stakeholders*. Por sua vez, o Plano ABC prevê o desenvolvimento do setor agropecuário baseado na baixa emissão de carbono na atmosfera, apontando uma série de alternativas produtivas e tecnológicas para o produtor rural brasileiro. Representa um dos nove planos setoriais com diretrizes para que o Brasil atenda o compromisso voluntário de mitigação de suas emissões de gases do efeito estufa (GEE). O Programa ABC, objeto de análise deste relatório, é a linha de crédito associada ao Plano ABC que oferece condições melhores de financiamento ao produtor que deseja incorporar as tecnologias de produção menos emissoras em carbono em sua propriedade.

Os dados utilizados para a análise da safra 2013/14 são oriundos do Banco Central, com o qual o Obser-



¹ O RELATÓRIO COMPLETO ESTÁ DISPONÍVEL EM WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR.

vatório ABC estabeleceu uma parceria de compartilhamento da base do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR), que agrega as operações de crédito rural no Brasil. Assim, o projeto conta com um processo centralizado de obtenção dos dados, assegurando a consistência das informações e contribuindo para uma melhor governança do Programa ABC.

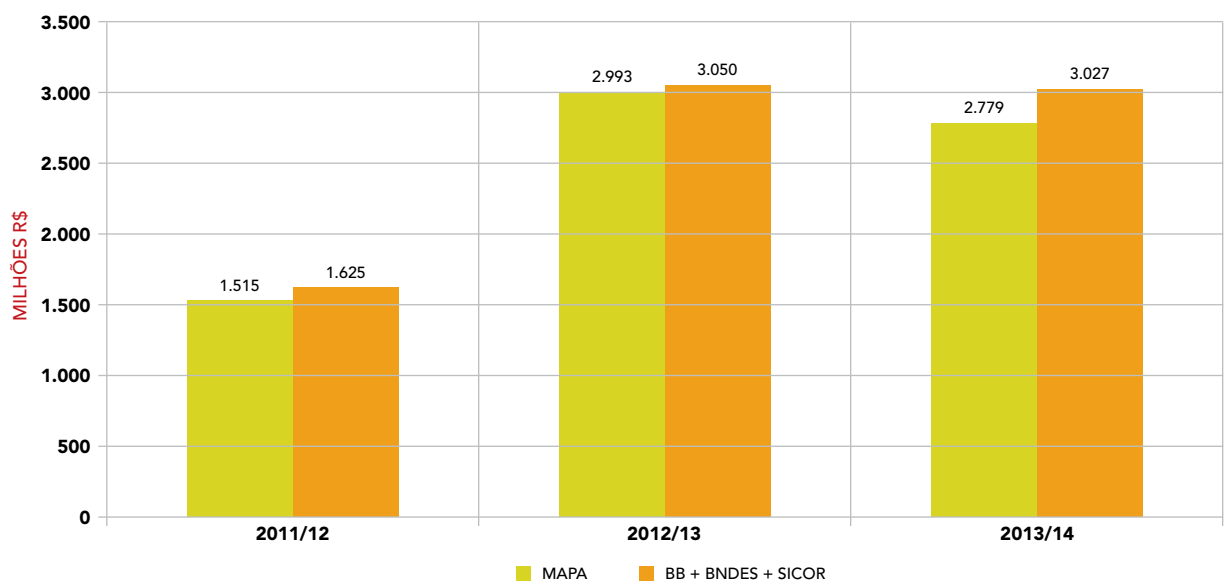
Divergências entre valores apresentados nesta análise, para as safras 2011/12 e 2012/13, em relação aos relatórios anteriores são resultados de fontes de dados distintas. A princípio, o Observatório ABC agregava informações de diferentes fontes, como o BNDES, o Banco do Brasil - (BB) - e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, então, a partir da safra 2013/14, passou a trabalhar apenas com a base de dados do SICOR. Vale ressaltar que, como essa base não contempla as informações referentes às finalidades de investimentos das operações – recuperação de pastagens, fixação biológica de nitrogênio (FBN), tratamento de dejetos, integração lavoura-pecuária-floresta e lavoura-pecuária (iLPF/iLP), sistema de plantio direto (SPD), florestas plantadas e ABC ambiental –, a análise dos desembolsos desagregados para tais

finalidades foi realizada apenas para as contratações desembolsadas via BNDES, que também são concedidas ao Observatório mensalmente por meio de parceria firmada com o banco².

Assim, na Figura 1, pode-se observar a diferença de resultados entre os dados apresentados em relatórios anteriores do Observatório ABC, que utilizam informações divulgadas pelo MAPA, e o resultado da base consolidada, que, além de subsidiar este relatório, alimenta também o Sistema ABC³. Seguiremos as análises deste relatório com os números referentes à série laranja do gráfico (BB, BNDES e SICOR)⁴.

A seguir, são apresentados os principais resultados das safras 2011/12 e 2012/13 e é destacado o desempenho da linha de crédito para o consolidado da safra 2013/14. Posteriormente, é feita uma análise do Programa ABC desde a sua criação até a safra 2013/14, com enfoque regional e estadual. Em seguida, é apresentada a situação da Amazônia Legal em relação à expansão do Programa ABC, visto que é uma região com importante efetivo bovino e de fronteira agropecuária, com grandes extensões de pastagens degradadas. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre os resultados atuais do Programa ABC.

FIGURA 1 VALOR TOTAL CONTRATADO PELO PROGRAMA ABC POR FONTE DE DADOS ANALISADA



FONTE: BB, BNDES E SICOR

² O OBSERVATÓRIO ABC AGRADECE AO BACEN E AO BNDES PELO FORNECIMENTO DOS DADOS NECESSÁRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO.

³ DISPONÍVEL EM WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR.

⁴ OS DADOS DO MAPA NÃO SÃO APRESENTADOS DE FORMA DESAGREGADA POR LOCALIDADE (VALOR DESEMBOLSADO E NÚMERO DE CONTRATOS POR MUNICÍPIO) COMO OS ORIUNDOS DOS AGENTES FINANCEIROS, NÃO SENDO POSSÍVEL A SUA ANÁLISE ESTADUAL E REGIONAL.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- Houve avanço na governança dos dados de contratação do Programa ABC. Foi estabelecida uma parceria entre o Observatório ABC e o Banco Central para fornecimento das informações das operações do Programa ABC cadastradas no SICOR. No entanto, não há discriminação da finalidade de investimento nessa base.
- A taxa de execução do Programa ABC para a safra 2013/14 foi de apenas 67%. O total de operações contratadas somou R\$ 3,027 bilhões, com 12.103 contratos assinados, sendo R\$ 2,742 bilhões desembolsados via BB e R\$ 285 milhões via BNDES. O BB continua como principal protagonista na distribuição do recurso; sua participação chega a 90,58% (Poupança Rural e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO) do total contratado. O BNDES participou com apenas 9,42% do total na safra 2013/14, sendo que o Bradesco foi o principal agente repassador do recurso via BNDES, com R\$ 152,4 milhões.
- Pela primeira vez, a região Centro-Oeste supera a região Sudeste e a região Norte supera a região Sul na tomada de recursos do Programa ABC. No entanto, as regiões Centro-Oeste e Sudeste continuam liderando a contratação desses recursos, com os estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso nas primeiras posições do *ranking* de captação, em ordem decrescente. Um dos motivos desse sucesso é a rede de assistência técnica mais ramificada e presente nas duas regiões.
- Norte e Nordeste aumentaram a contratação do Programa ABC, reflexo de algumas ações dos setores governamental, financeiro e privado direcionadas para capacitação e disseminação do Plano e do Programa ABC entre os produtores rurais, bem como resultado da criação dos Grupos Gestores Estaduais, resultando na maior aproximação do MAPA nessas regiões; capacitação dos agentes financeiros nas técnicas e exigências preconizadas pelo Programa ABC; processo de regularização fundiária em curso com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros.
- A Amazônia Legal também expandiu sua contratação de operações do Programa. Na safra 2011/12, foram fechados 576 contratos, totalizando R\$ 304 milhões; na safra 2012/13, o valor total desembolsado foi de R\$ 621 milhões, em 2.079 contratos; e, na safra 2013/14, o valor total desembolsado foi de R\$ 642 milhões, com 2.658 contratos fechados. Comparando a safra 2011/12 com a safra 2013/14, o aumento foi de 405% no número de contratos do Programa ABC, na região da Amazônia Legal, e de 110%, em valor total contratado. O Amazonas, porém, teve apenas um contrato desde o início da linha de crédito.
- Enquanto a governança do recurso contratado avança, o monitoramento das emissões mitigadas pelas técnicas empreendidas não caminha. O Laboratório Virtual Multi-institucional sobre Mudanças Climáticas e Agricultura, instituição encarregada de fazer as análises de carbono que dirão se as metas de mitigação do ABC estão sendo cumpridas, ainda não está em funcionamento.



DESTAQUES DA SAFRA 2013/14

Para a safra 2013/14, foi prevista a aplicação de R\$ 4,5 bilhões em técnicas produtivas de baixa emissão de carbono no campo via a linha de crédito de investimento Programa ABC. O crédito para esta safra foi financiado a 5% ao ano para produtores rurais com renda bruta anual acima de R\$ 1,6 milhão e 4,5% ao ano para produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhão, e prazo de reembolso de até quinze anos. O total de operações contratadas durante este ano-safra somou R\$ 3,027 bilhões, sendo R\$ 2,742 bilhões desembolsados via BB e R\$ 285 milhões via BNDES (Figura 2). Em comparação às safras anteriores, o BB continua como principal protagonista na distribuição do recurso. Em relação ao número de operações, a safra 2013/14 fechou com o total de 12.103 contratos assinados, sendo 11.231 via BB e 872 via BNDES. Das operações contratadas via BNDES, destaca-se, para esta safra, a participação do Bradesco como agente repassador de recursos (Figura 3), com R\$ 152,4 milhões.

FIGURA 2 VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13 E 2013/14 (POR AGENTE REPASSADOR)

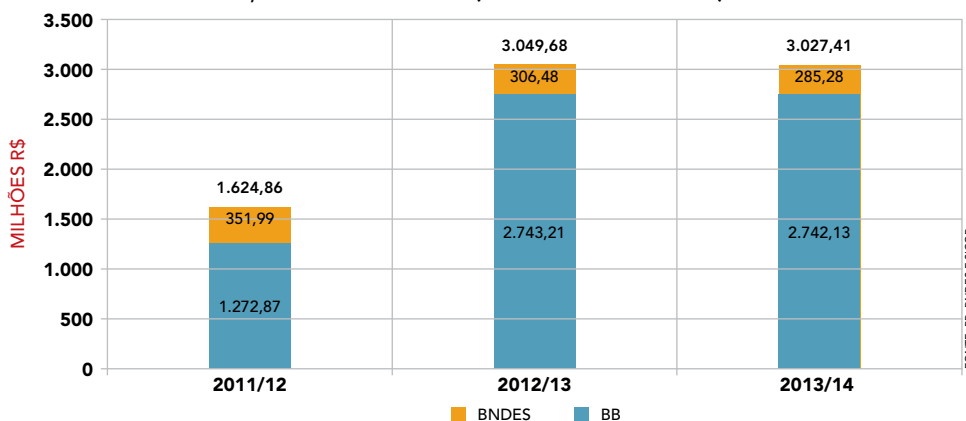
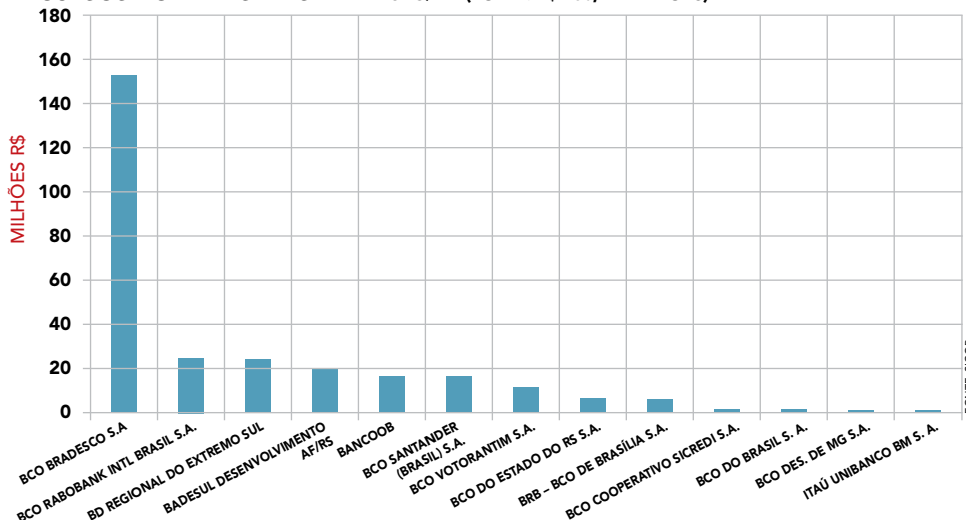


FIGURA 3 TOTAL CONTRATADO POR AGENTES REPASSADORES COM FONTE DE RECURSOS DO BNDES NA SAFRA 2013/14 (TOTAL: R\$ 286,11 MILHÕES)



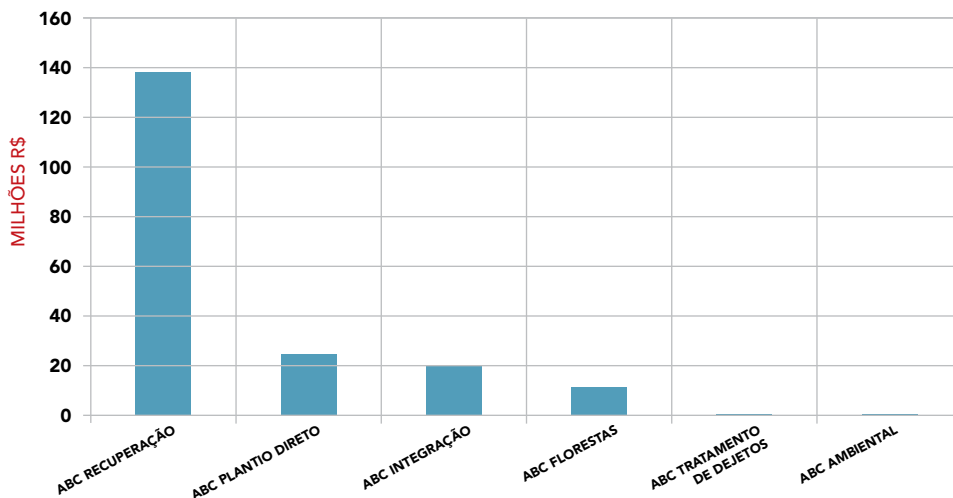


GABRIEL FARIAS/EMBRAPA AGROSSILVAPASTORIL

No que diz respeito à fonte de recursos utilizada para os repasses do Programa ABC, nota-se a relevância da participação da Poupança Rural no desembolso total, respondendo por 80% dos desembolsos. Indubitavelmente, isso se deve à participação do BB no resultado da linha, e, ao se somar o FCO – também sob gestão do banco –, sua participação sobe para 90,58% do total desembolsado. O BNDES participou com 9,42% do total de recursos desembolsados para o Programa ABC na safra 2013/14.

Das operações contratadas via BNDES, nota-se que 71% do valor desembolsado são destinados à recuperação de pastagens, o que é coerente com a necessidade de recuperação de mais de 50 milhões de hectares de pastos degradados existentes no País. As linhas ABC Ambiental e ABC Tratamento de Dejetos (Figura 4) receberam os menores montantes de recursos. Também não foram realizadas operações do Programa ABC via BNDES na safra 2013/14 para fixação biológica de nitrogênio (FBN), técnica agropecuária preconizada no Plano ABC com o objetivo de reduzir a aplicação de adubo nitrogenado e, conseqüentemente, as emissões de N_2O (que possui poder de aquecimento 296 vezes maior do que o CO_2)⁵.

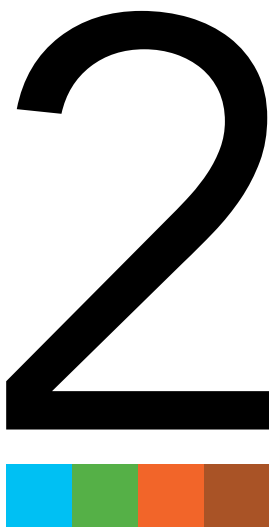
FIGURA 4 VALOR CONTRATADO VIA BNDES POR FINALIDADES DE INVESTIMENTOS (TOTAL: R\$ 193,71 MILHÕES)⁶



Fonte: BNDES

⁵ NÃO HÁ DADOS PARA A ANÁLISE DESAGREGADA POR FINALIDADES DE INVESTIMENTOS PARA A TOTALIDADE DAS OPERAÇÕES, JÁ QUE O SICOR NÃO DISCRIMINA ESSA INFORMAÇÃO EM SUA BASE. ASSIM, OS DADOS SÃO FORNECIDOS PELO BNDES E CORRESPONDEM APENAS ÀS SUAS OPERAÇÕES.

⁶ A DIFERENÇA ENTRE O VALOR TOTAL DESEMBOLSADO VIA BNDES APRESENTADO NAS FIGURAS 3 E 4 É RESULTADO DE ANÁLISE DE DADOS DE FONTES DISTINTAS E/OU DATA DE FECHAMENTO DO PERÍODO.



ANÁLISE REGIONAL DO PROGRAMA ABC

Com exceção das regiões Sul e Sudeste, todas as demais regiões do País apresentaram crescimento do valor desembolsado para o Programa ABC entre as safras 2011/12, 2012/13 e 2013/14. A queda da região Sul foi mais acentuada (Figura 5).

No ano-safra 2013/14, o *ranking* regional do desembolso para o Programa ABC apresentou mudanças em relação às safras anteriores. Pela primeira vez, a região Centro-Oeste superou a região Sudeste e a região Norte superou a região Sul na tomada de recursos do Programa ABC. Apesar da maior participação da região Centro-Oeste na safra 2013/14, os seus percentuais de participação no total do desembolso do Programa ABC em safras anteriores mantiveram-se próximos aos percentuais da região Sudeste, variando de 31,2%, na safra 2011/12, a 36,4%, na safra 2013/14 (Figura 6). Assim, as duas regiões lideraram a contratação desses recursos. Um dos motivos desse sucesso é a rede de assistência técnica mais ramificada e presente nas duas regiões.

A região Sul vem diminuindo a contratação de recursos para o Programa ABC, caindo sua participação de 22%, na safra 2011/12, para 15,9%, na safra 2012/13, e para 10,1%, na safra 2013/14. As regiões Norte e Nordeste vêm apresentando um crescimento gradual ao longo dos anos-safra. A região Norte passou de 8,4% e 8,3% de participação no total, nas safras 2011/12 e 2012/13, respectivamente, para 10,4%, na safra 2013/14, enquanto a região Nordeste apresentou 6,2% e 7,2% de participação no desembolso nas safras 2011/12 e 2012/13, nesta ordem, e 8,9%, na safra 2013/14 (Figura 6).

O aumento do valor desembolsado nas regiões Norte e Nordeste no Brasil pode ser reflexo de algumas ações dos setores governamental, financeiro e privado, direcionadas, principalmente, para capacitação sobre o Plano e o Programa ABC nos estados por meio do Guia de Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono lançado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁷; para a disseminação do Plano e do Programa ABC entre os produtores rurais por meio da criação dos Grupos Gestores Estaduais, acarretando maior aproximação do MAPA nessas regiões; para a capacitação dos agentes financeiros nas técnicas e exigências preconizadas pelo Programa ABC, conforme informado pelo BB; e para o processo de regularização fundiária em curso com a implantação do CAR, entre outros.

⁷ O GUIA DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO É RESULTADO DO PROJETO ABC CAPACITAÇÃO POR MEIO DA PARCERIA ENTRE O GOVERNO FEDERAL, A CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA) E A EMBAIXADA BRITÂNICA. O PROJETO ABC CAPACITAÇÃO TEM COMO OBJETIVO OFERECER TREINAMENTOS AOS PRODUTORES RURAIS, TÉCNICOS AGRÍCOLAS E PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA CONFECÇÃO DE PROJETOS DE PRODUÇÃO PARA O PROGRAMA ABC.

FIGURA 5 VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS REGIÕES CENTRO-OESTE, NORTE, NORDESTE, SUL E SUDESTE NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13 E 2013/14

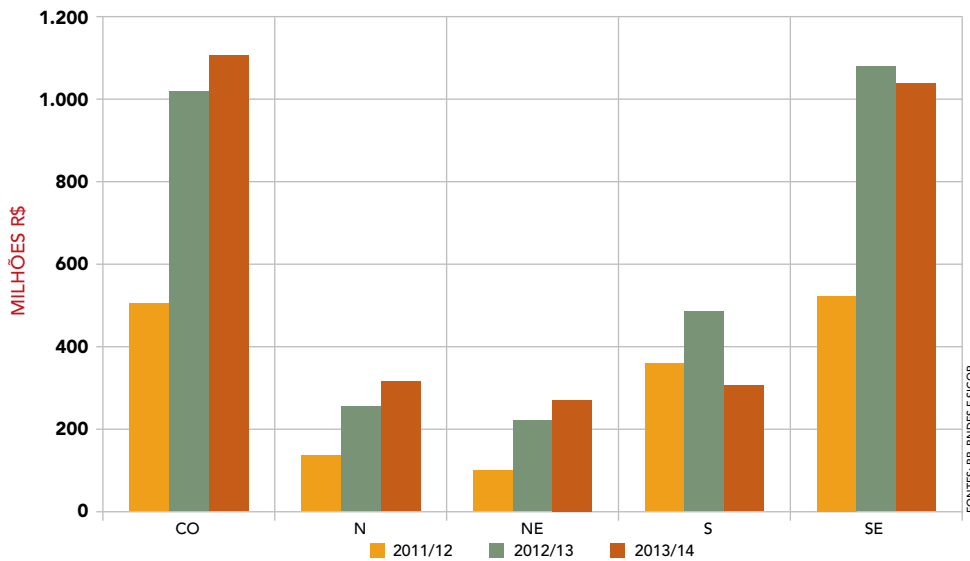
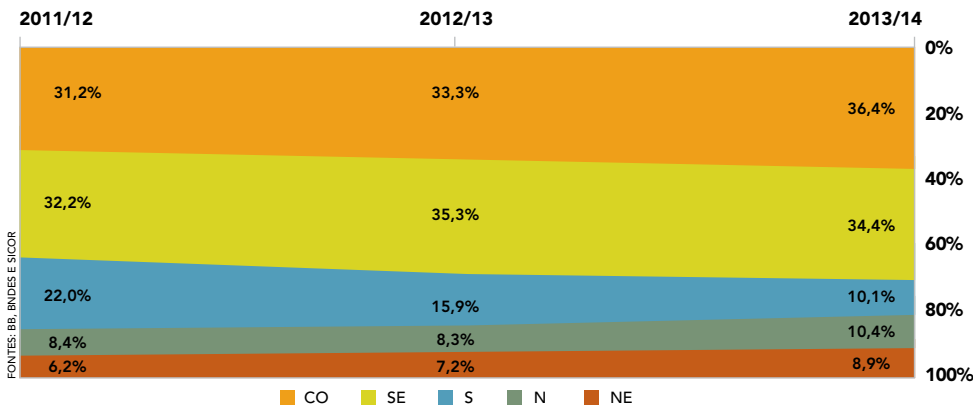
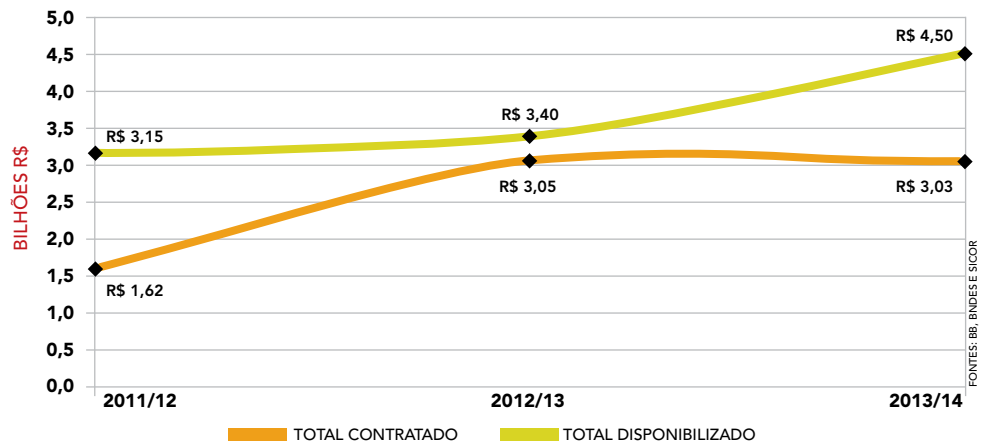


FIGURA 6 PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13 E 2013/14



No entanto, ao comparar o valor total contratado das regiões *vis-à-vis* ao montante disponibilizado pelo governo federal, via o Plano Agrícola Pecuário (PAP), nota-se que, em nenhum dos anos-safra analisados, o Programa ABC atingiu a expectativa de contratação do recurso (Figura 7), mesmo considerando a recente baixa na taxa de juros da linha e os avanços do setor financeiro e produtivo em capacitação e divulgação das técnicas agrícolas preconizadas pelo Programa ABC.

FIGURA 7 VALOR CONTRATADO VERSUS VALOR DISPONIBILIZADO PARA O PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13 E 2013/14

⁸ NAS SAFRAS 2011/12 E 2012/13, OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO, GOIÁS, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL APARECEM ENTRE OS SEIS PRIMEIROS ESTADOS COM MAIOR CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC.

É importante ressaltar que, na safra 2010/11, ano-safra de criação do Programa ABC, o valor contratado foi de R\$ 418,5 milhões (dos R\$ 2 bilhões disponíveis⁸). Somando-se com o valor total contratado nas safras posteriores, 2011/12 até 2013/14, o total de recursos destinados para o Programa ABC desde a sua criação até o final da safra 2013/14 foi de R\$ 8,120 bilhões. Dessa forma, o total acumulado do valor contratado pelo Programa ABC desde a sua criação até o final da safra 2013/14 representa 62% do valor total disponibilizado para o Programa no mesmo período (R\$ 13,050 bilhões). Assim, há potencial para o crescimento do Programa ABC no País e para o avanço das ações transversais indicadas pelo Plano ABC, em particular a assistência técnica. É recomendável que o fornecimento do crédito rural seja atrelado a uma assistência técnica de qualidade, uma vez que há recurso disponível para tal ação, garantindo, assim, o atingimento do objetivo final e principal do Plano e Programa ABC: a mitigação de gases do efeito estufa.

O crescimento de número de operações e do valor desembolsado durante o período (safras 2010/11 até 2013/14) pode ter se dado, acima de tudo, devido à criação dos Grupos Gestores Estaduais em todos os estados da Federação, conforme divulgado pelo MAPA, o que pode ter acarretado a realização das seguintes ações transversais previstas no Plano ABC: i) ampliação da capacitação dos produtores rurais, extensionistas e agentes financeiros; e ii) engajamento de atores, sobretudo associações de produtores.

Outras ações em curso que podem ter impactos positivos sobre o desembolso e número de contratos do Programa ABC em todo o território nacional são: i) formalização do processo de regularização ambiental e fundiária das propriedades rurais com a implantação do CAR; e ii) criação e formalização das mesmas técnicas preconizadas no Programa ABC nos Fundos Constitucionais.

É importante ressaltar, porém, que os processos destacados como possíveis responsáveis pelo aumento do desembolso do Programa ABC ainda estão no início e precisam ser ampliados, visto que o total acumulado do valor contratado pelo Pro-

grama ABC desde a sua criação até o final da safra 2013/14 representou apenas 62% do valor total disponibilizado no mesmo período.

Nesse contexto, o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, sobretudo com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), regulamentada por decreto presidencial em maio de 2014⁹, deverá contribuir, significativamente, para o processo de ampliação do desembolso do Programa ABC em todo o País. Adicionalmente, informações levantadas pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006 acerca da atuação da assistência técnica no Brasil reforçam a sua importância para a ampliação do Programa ABC, bem como auxiliam no entendimento da dinâmica distributiva do desembolso do Programa ABC no Brasil.

Segundo dados do IBGE (IBGE, 2006), a orientação técnica continua muito limitada, sendo praticada em 22% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 46% das terras. A área média do grupo assistido é de 228 hectares; enquanto a dos não assistidos é de 42 hectares, evidenciando a concentração da assistência técnica em estabelecimentos com áreas médias maiores, bem como o baixo acesso dos pequenos produtores a esse serviço. Essa menor atuação da assistência técnica entre os pequenos produtores acarreta seu baixo conhecimento tecnológico para implantação das técnicas do Programa ABC, refletindo no seu desembolso.

Também é nítida a segmentação da assistência técnica em função de sua origem e do tamanho dos estabelecimentos atendidos. A orientação técnica de origem governamental atinge 43% dos estabelecimentos assistidos e está mais voltada para os estabelecimentos menores, com área média de 64 hectares. Os estabelecimentos que têm orientação técnica particular ou do próprio produtor (quando é um profissional qualificado) têm área média de 435 hectares. As empresas de planejamento privadas atendem estabelecimentos com maior área média (506 hectares).

Analisando a distribuição espacial do percentual do número de produtores que declararam ter recebido orientação técnica em relação ao total de produtores, observa-se que, em grande parte das regiões Norte e Nordeste, este percentual não passou de 10%, contrastando com grande parte dos estados da porção Centro-Sul do Brasil que apresentaram mais de 50% dos produtores rurais com algum tipo de orientação técnica.

É importante destacar que, apesar da grande lacuna de atuação da assistência técnica atingir mais drasticamente os pequenos produtores rurais, principalmente no Norte e Nordeste do País, essa limitação também abarca os médios produtores rurais, alvo predominante do Programa ABC¹⁰, uma vez que existe uma grande deficiência de assistência técnica na região Centro-Oeste, sobretudo no estado do Mato Grosso¹¹ (IBGE, 2006). Adicionalmente, considerando o percentual de apenas 22% dos estabelecimentos rurais com algum tipo de assistência técnica, também se pode presumir que, nas outras regiões do País, os médios produtores, da mesma forma, são prejudicados.

⁹ DECRETO Nº 8.252, DE 26 DE MAIO DE 2014.

¹⁰ O TICKET MÉDIO DO VALOR DOS CONTRATOS DO PROGRAMA ABC É DE R\$ 263.723,25.

¹¹ NA REGIÃO CENTRO-OESTE, A ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS É DE 331,82 HECTARES (IBGE/SIDRA, 2014).

3

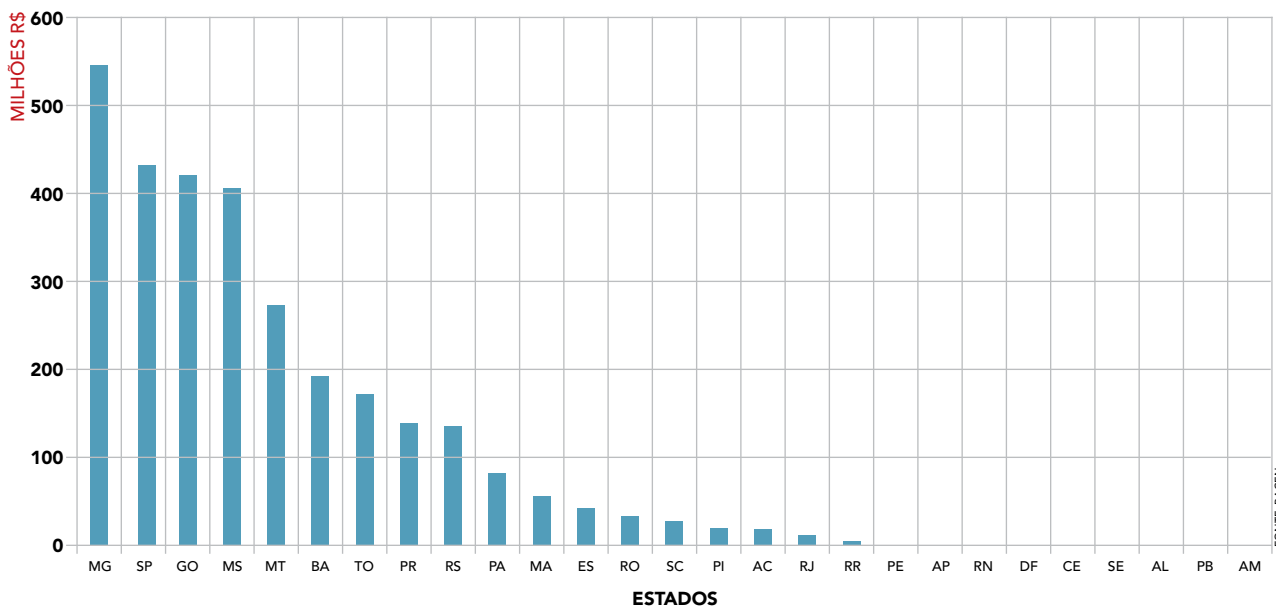
ANÁLISE ESTADUAL DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14

Na safra 2013/14, ao analisar a distribuição estadual do recurso do Programa ABC, observa-se que os estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso¹² lideraram o ranking de captação, em ordem decrescente, com valores variando de, aproximadamente, R\$ 550 milhões a R\$ 250 milhões (Figura 8). Entre cerca de R\$ 200 milhões e R\$ 100 milhões, aparecem os estados da Bahia, Tocantins, Paraná, Rio Grande do Sul e Pará, também em ordem decrescente. Conforme relatado anteriormente, a região Sul diminuiu o valor captado para o Programa ABC em relação à safra 2012/13, o que culminou na perda de posições dos estados desta região. Na faixa em torno de R\$ 50 milhões a R\$ 10 milhões, seguem os estados do Maranhão, Espírito Santo, Rondônia, Santa Catarina, Piauí, Acre e Rio de Janeiro, nesta ordem. Os estados de Roraima, Pernambuco, Amapá e Rio Grande do Norte apresentaram captação entre R\$ 5 milhões e R\$ 1 milhão, aproximadamente. E, por fim, com recursos variando entre R\$ 350 mil e R\$ 50 mil, seguem os estados do Ceará e Sergipe, mais o Distrito Federal, de forma decrescente.



¹² NAS SAFRAS 2011/12 E 2012/13, OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO, GOIÁS, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL APARECEM ENTRE OS SEIS PRIMEIROS ESTADOS COM MAIOR CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC.

FIGURA 8 PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL DE RECURSO CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (TOTAL: R\$ 3,02 BILHÕES)



É importante ressaltar que o estado de Minas Gerais é a unidade federativa que mais contrata recursos do Programa ABC. Este estado apresenta forte atuação do Grupo Gestor Estadual frente às ações diretas e transversais relacionadas aos produtores rurais e assistência técnica, acarretando amplo conhecimento das técnicas e seus benefícios (sobretudo aumento de produtividade, maior competitividade no mercado



GABRIEL FARIA/EMBRA PA AGROSSILV/PASTORIL

e retorno financeiro) por parte dos diversos atores envolvidos com o setor agropecuário no estado. Situação semelhante é observada no estado de São Paulo, que se mantém na segunda posição durante todo o período. Além disso, no estado de Minas Gerais, estão sendo conduzidas diversas pesquisas sinérgicas às questões envolvidas no Plano Estadual ABC e na Política Estadual de Mudança do Clima de Minas Gerais que incentivam a adoção do Programa ABC por parte dos produtores rurais.

Nos estados do Centro-Oeste, o bom desempenho do Programa ABC dá-se, principalmente, pela elevada quantidade de rebanho bovino na região em comparação às demais regiões do País¹³, bem como pela necessidade de recuperação de suas pastagens degradadas. A atuação da assistência técnica também é relevante para tal quadro.

Para os estados das regiões Norte e Nordeste, o financiamento da agricultura de baixo carbono foi alavancado, principalmente, pela expansão da fronteira agrícola na região denominada de Mapitoba, uma região que abrange parte dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, com destaque, nos últimos anos, para a produção de grãos no País, destacando-se também como centro articulador do espaço rural e da economia da região, notadamente pela interiorização do processo de urbanização decorrente do dinamismo do agronegócio (IBGE, 2006). Os estados do Pará e Rondônia destacaram-se pela necessidade de recuperação das suas pastagens degradadas. Atualmente, as pastagens estendem-se como uma frente pecuarista para o interior do Pará, com São Félix do Xingu contabilizando um dos maiores rebanhos do País. Pode-se destacar, também, os novos padrões de “domínio e predomínio” de pastagens e matas/florestas formados em Rondônia, sem deixar de motivar complexos conflitos ambientais (IBGE, 2006).

¹³ O BRASIL DETÉM O SEGUNDO MAIOR REBANHO BOVINO DO MUNDO, COM MAIS DE 200 MILHÕES DE CABEÇAS, SENDO QUE A MAIOR PARTE DESTES ANIMAIS ESTÁ CONCENTRADA NA REGIÃO CENTRO-OESTE, COM 34,4% DO EFETIVO NACIONAL (IBGE, 2009).

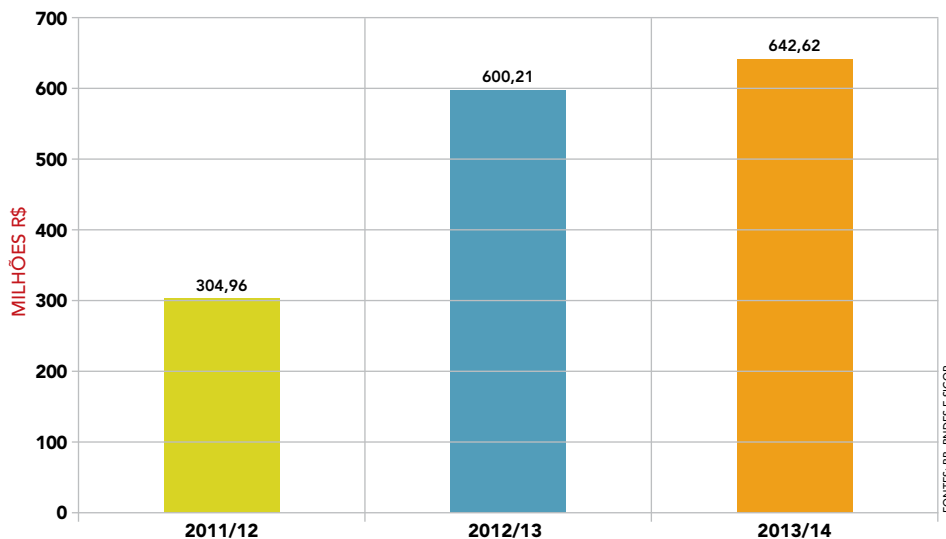
4



EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ABC NA AMAZÔNIA LEGAL¹⁴

O desembolso para o Programa ABC na Amazônia Legal vem aumentando consideravelmente desde a safra 2011/12 até a safra 2013/14. Na safra 2011/12, foram fechados 576 contratos, totalizando R\$ 304 milhões; na safra 2012/13, o valor total desembolsado foi de R\$ 600 milhões, em 2.079 contratos; e, na safra 2013/14, o valor total desembolsado foi de R\$ 642 milhões, em 2.658 contratos (Figura 9). Comparando a safra 2011/12 com a safra 2013/14, o aumento no número de contratos do Programa ABC na região da Amazônia Legal foi de 405%, com 110% em valor total contratado.

FIGURA 9 VALOR CONTRATADO DO PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2011/12, 2012/13 E 2013/14 NA AMAZÔNIA LEGAL



Os estados da Amazônia Legal que mais captaram recursos nas três safras analisadas foram Mato Grosso, Tocantins e Pará, em ordem decrescente, porém, nas safras 2012/13 e 2013/14, Tocantins apresentou maior número de contratos em relação a Mato Grosso (Tabela 1, Tabela 2 e Tabela 3). Em contrapartida, os estados com menores valores contratados e números de contratos foram Amazonas, Amapá e Roraima, nesta ordem, nas três safras analisadas. Entretanto, Amapá e Roraima apresentaram aumento considerável em seus montantes desembolsados entre as safras 2011/12 e 2013/14. O Amazonas captou recurso apenas na safra 2011/12, totalizando somente R\$ 867.996 com um contrato, mas não captou recursos para nenhuma finalidade de investimento do Programa ABC nas safras 2012/13 e 2013/14.

¹⁴ A AMAZÔNIA LEGAL É FORMADA PELOS ESTADOS DO ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, TOCANTINS, MATO GROSSO E PARTE DO MARANHÃO. SUA ÁREA TOTAL É DE 5.217.423 KM² (CERCA DE 61% DO TERRITÓRIO DO BRASIL).

TABELA 1 NÚMERO DE CONTRATOS E VALOR CONTRATADO DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2011/12 NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

AMAZÔNIA LEGAL	VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)	TOTAL
MT	156.102.529	244
TO	68.870.396	173
PA	41.999.939	78
RO	19.829.170	37
MA	12.660.273	34
AC	2.733.863	4
RR	1.851.503	4
AM	867.996	1
AP	39.830	1
TOTAL	304.955.502	576

FONTES: BB E BNDES

TABELA 2 NÚMERO DE CONTRATOS E VALOR CONTRATADO DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2012/13 NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

AMAZÔNIA LEGAL	VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)	TOTAL
MT	320.222.672	672
TO	130.969.411	672
PA	62.946.432	242
RO	35.287.827	164
MA	27.068.607	184
AC	17.071.117	120
RR	5.097.769	19
AP	1.542.161	6
TOTAL	600.205.995	2.079

FONTES: BB, BNDES E SICOR

TABELA 3 NÚMERO DE CONTRATOS E VALOR CONTRATADO DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

AMAZÔNIA LEGAL	VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)	TOTAL
MT	273.595.038	687
TO	172.349.112	874
PA	82.825.640	373
MA	55.252.797	315
RO	34.083.976	198
AC	18.428.814	181
RR	4.564.899	21
AP	1.519.423	9
TOTAL	642.619.699	2.658

FONTE: SICOR

Apesar da menor quantidade de recursos contratados para as práticas agropecuárias do Programa ABC, em comparação às demais regiões do País, as tabelas acima demonstram um avanço significativo do Programa ABC na Amazônia Legal, o que vem ao encontro da necessidade da região para recuperação de pastagens e desmatamento ilegal zero.

O Pará merece destaque, principalmente devido ao seu alto efetivo bovino¹⁵, em conjunto à sua excessiva área de pastagem degradada, chegando a 25% da área de

¹⁵ DE ACORDO COM O IBGE, O MATO GROSSO LIDERA O RANKING DO EFETIVO BOVINO NA AMAZÔNIA, COM 29 MILHÕES DE CABEÇAS; O PARÁ OCUPA O SEGUNDO LUGAR, COM MAIS DE 18 MILHÕES DE CABEÇAS, SEGUIDO PELO TOCANTINS, COM APROXIMADAMENTE 8 MILHÕES.

pasto degradado da Amazônia Legal. Na contramão desse cenário, tem-se a sua captação de recursos e número de contratos para o Programa ABC, ocupando o terceiro lugar no *ranking* da Amazônia Legal desde a safra 2011/12 até a safra 2013/14. Uma das causas do Pará manter-se entre os três estados que mais captam recursos do Programa ABC advém da implantação do Grupo Gestor Estadual ainda na safra 2011/12, sendo o primeiro estado da região Norte a aderir ao Programa ABC e a incorporar as ações transversais do Plano ABC federal, como divulgação, capacitação, assistência técnica e extensão rural pública, regularização fundiária e ambiental, pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como o engajamento de diversos atores do setor agropecuário.

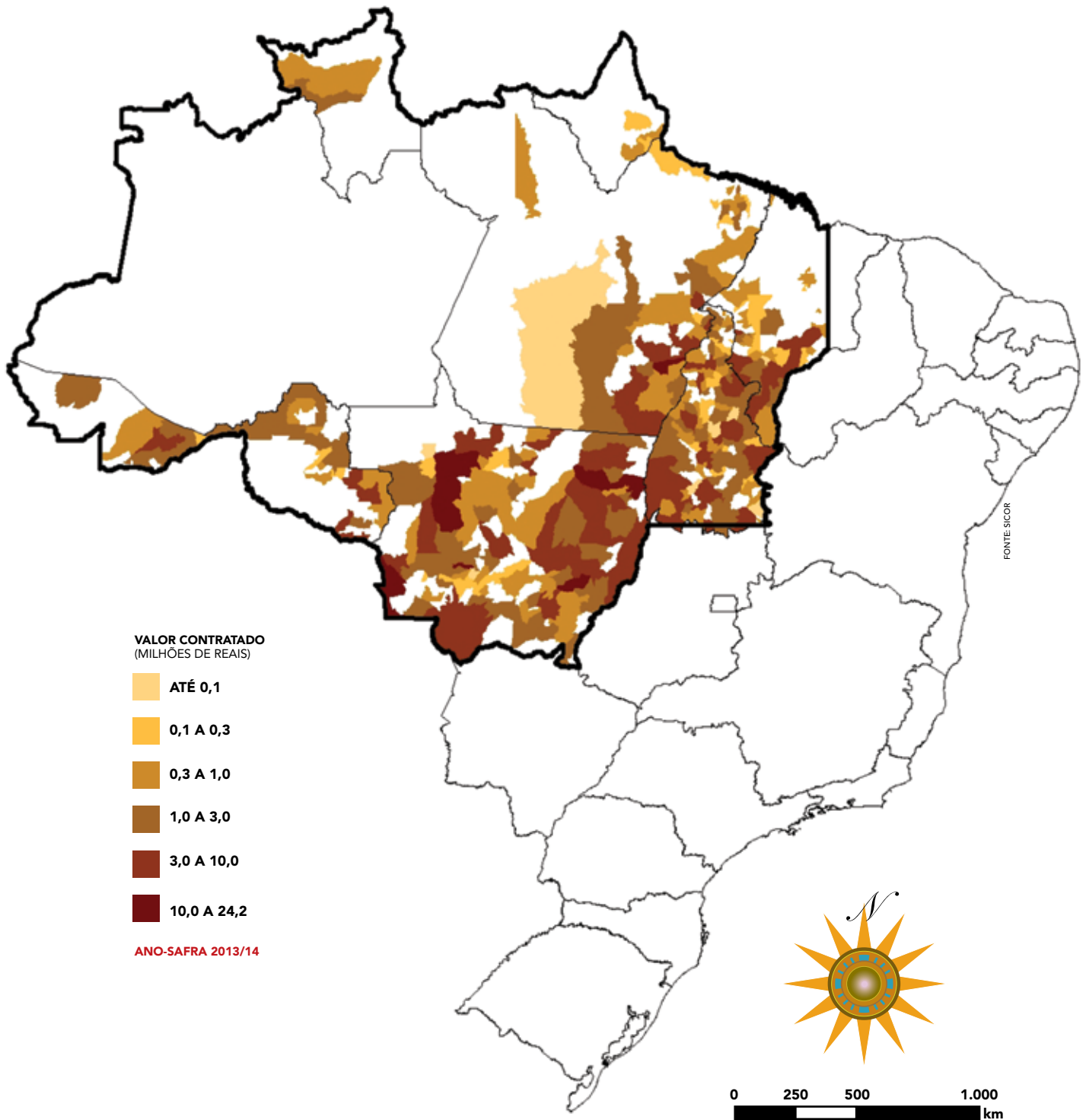
4.1 ANÁLISE ESPACIAL DO DESEMBOLSO NA AMAZÔNIA LEGAL NA SAFRA 2013/14

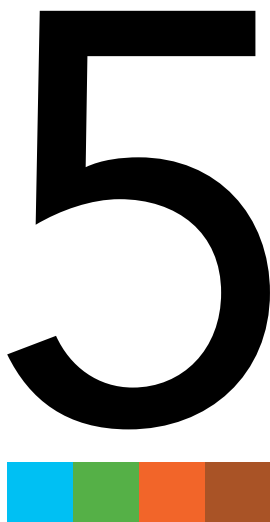
Em relação à distribuição do recurso, foi verificada alta concentração em alguns municípios dos estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará e sul do Maranhão, onde a soma dos contratos resultou em valores que variaram de R\$ 10 a R\$ 24,2 milhões na safra 2013/14 (Figura 10). Também nota-se o avanço do Programa ABC em municípios da porção central do Pará, prioritários para a recuperação de pastagens. No entanto, nenhum município do Amazonas captou recurso do Programa ABC, bem como ocorreu baixa adesão ao Programa ABC nos estados do Amapá e Roraima. Os principais motivos para esse quadro continuam sendo os mesmos destacados em relatórios anteriores – problemas relacionados à regularização fundiária e ambiental e a diferentes graus de atuação da assistência técnica e extensão rural nos estados da Amazônia Legal, bem como às grandes distâncias entre os municípios e as propriedades rurais, representando um entrave para a extensão rural da região.

Para que haja avanço no desembolso do Programa ABC na região, algumas ações são recomendadas, como: i) capacitar a assistência técnica rural e os agentes financeiros nas práticas preconizadas pelo Plano e Programa ABC; ii) motivar a assistência técnica rural, aumentando o seu percentual de remuneração nos projetos financiados; iii) ampliar a disseminação do Plano e do Programa ABC entre os produtores rurais para que ocorra a mudança de paradigma na agropecuária, fortalecendo um modelo de produção alinhado às políticas públicas que visam ao desenvolvimento sustentável do País; iv) reforçar a necessidade de maior participação dos principais atores envolvidos com o Plano e o Programa ABC, bem como uma maior aproximação do MAPA em relação aos estados do Norte e Nordeste para promover, sobretudo, a capacitação técnica; v) ações em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; vi) promover uma visão estratégica entre políticas públicas contra o desmatamento e regularização fundiária e o Plano ABC, como, por exemplo, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Programa de Zoneamento de Pastagens na Amazônia Legal do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015; vii) identificar áreas prioritárias para alocar o recurso financeiro do Programa ABC; dentre outras.

Essas ações também são importantes para que o País como um todo melhore o seu desempenho em relação à captação dos recursos destinados ao Programa ABC.

FIGURA 10. VALOR CONTRATADO PARA O PROGRAMA ABC NA AMAZÔNIA LEGAL NA SAFRA 2013/14





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura brasileira necessita aumentar sua produtividade para responder à demanda crescente por alimentos e energia. No entanto, há de se combinar os ganhos na produção e a preocupação sobre os efeitos adversos das mudanças climáticas, orientando-os à transição para uma agricultura de baixa emissão de carbono. Nesse contexto, o Programa ABC possui uma função estratégica ao financiar técnicas produtivas que contribuam para o sequestro de carbono no campo. Avaliando os três primeiros anos-safra de sua operação, porém, ainda há questões essenciais a serem desenvolvidas, a exemplo do monitoramento da redução de GEE na atmosfera *vis-à-vis* às metas acordadas e à distribuição dos recursos.

Tratando-se exclusivamente do valor total contratado, o Programa ABC segue avançando, mas ainda não atingiu o esperado e disponibilizado pelo governo federal, chegando ao final da safra 2013/14 com 62% dos recursos aplicados. O BB mantém-se como principal agente repassador da linha, utilizando sua ampla capilaridade para chegar à ponta. No entanto, a visão regional e estadual trazida neste relatório mostra que áreas prioritárias para o recebimento do recurso ainda estão captando recursos do Programa ABC aquém do necessário – como as regiões Norte e Nordeste. Há de se envidar esforços para uma melhor distribuição espacial do crédito, fortalecendo o processo de capacitação da assistência técnica, produtores



e analistas financeiros para estimular a demanda e evidenciar os aspectos sistêmicos atrelados aos projetos.

Adicionalmente, foi possível observar, na Amazônia Legal – região de destaque neste relatório –, que, apesar do aumento de 110% do valor contratado na região entre a safra 2011/12 e a safra 2013/14, o montante ainda continua muito aquém do observado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do País; e, apesar de ter apresentado contratação semelhante à região Sul na safra 2013/14, a Amazônia Legal possui maior número de estados em comparação ao Sul do Brasil. Esse salto no desembolso para o Programa ABC na Amazônia Legal evidencia, no entanto, que alguns entraves para a alavancagem do Programa ABC, descritos em estudos anteriores do Observatório ABC, estão sendo minimizados ou superados.

Ademais, é indispensável que haja ações que concretizem o monitoramento do balanço de mitigação de carbono atrelado ao montante total já desembolsado desde o início do Programa ABC. Apenas com esses dados disponíveis é que se poderá avaliar a eficiência da linha de crédito quanto ao seu objetivo principal. Esses dados também darão subsídio para uma análise mais qualificada sobre a taxa de juros praticada no Programa ABC, considerando o processo de equalização sob o qual a linha está submetida.

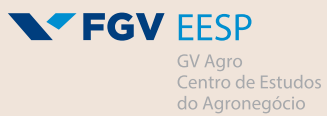
O Observatório ABC continuará acompanhando a evolução do crédito e as ações tomadas para que o setor agrícola brasileiro construa e desenvolva um modelo de produção alinhado às políticas públicas que visam ao desenvolvimento sustentável do País.



GABRIEL FARIAS/EMBRAPA AGRICULTIVAPASTORIL



WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR



APOIO:

